

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2017, em que é recorrente **Arlindo Teixeira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 45/2023

*(Arlindo Teixeira v. STJ, Pedido de Aclaração do Acórdão 08/2018 de 15 de abril, por alegada ambiguidade existente entre as alíneas b) e c) do segmento decisório)*

### I. Relatório

1. A Defesa do Recorrente Arlindo Teixeira através de um requerimento dirigido ao JCP intitulado “Esclarecimento de Dúvida Existente do Acórdão 08/2018 de 15 de abril”, “vem ao abrigo do disposto nos Nsº 2 e 4 do artigo 408 do CPP, em conjugação com o Nº 2, do artigo 575 e Nº 2 do artigo 576, ambos do CPC, rogar o esclarecimento da dúvida e ambiguidade existente entre as alíneas b) e c) do segmento decisório vertido para o Acórdão 08/TC/2018, de 25 de abril de 2018, proferido no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional Nº 03/TC/2017”, formulando para tanto as seguintes considerações:

1.1. Sobre a tempestividade sustenta que as decisões do TC, quando portadoras de dúvidas ou ambiguidades, considerando não serem suscetíveis de mais recursos ou impugnações, podem ser alvo de pedidos de esclarecimento, a todo o tempo, por forma a clarificar o seu verdadeiro sentido e alcance, arrolando como fundamentos os números 2 e 4 do artigo 408 do CPP em conjugação com o número 2 do artigo 575 do CPC e a última parte do artigo 576 deste mesmo diploma codificador.

1.2. Tais dúvidas e ambiguidades estariam relacionadas ao facto de a alínea b) do aresto mencionado do TC ter decretado a libertação do recorrente Arlindo Teixeira “por considerar que havia fortes razões para crer que o mesmo tinha agido ao abrigo de uma causa de exclusão de ilicitude que é a legítima defesa, o que impedia qualquer Tribunal

de sujeitar o recorrente a qualquer medida de coação pessoal”, só que “de forma ‘aparentemente’ ambígua e duvidosa, logo na alínea c) do mesmo segmento dessa decisão disse que ficava ao critério do STJ a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos constitucionais interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem no Tribunal Constitucional”. Por esta razão suscita-se “aparente dúvida entre o disposto na referida alínea a) [seria a b)???], que impedia a aplicação de qualquer medida de coação pessoal e o vertido na alínea b) [seria a c)???] que parece deixar ao critério do STJ a aplicação de outra medida de coação pessoal, quando é o N° 3 do artigo 261 do CPP a proibi-lo.

1.3. Alega que houve um aproveitamento da devolução do poder jurisdicional, posto que o Tribunal Constitucional deveria ter decretado não só a soltura imediata de Arlindo Teixeira, como devia também ter proferido decisão a obrigar o STJ a respeitar essa disposição, mas não foi essa a opção seguida. Mas, acrescenta que isso não corresponde e uma autorização de se atuar contra o disposto na lei por razões explicadas pelo JCR desse processo, Pina Delgado.

1.4. Traz à baila interpretações do *in dubio pro reo*, da proibição de interpretações restritivas, discute as relações entre o TC e o STJ e ressalta que – em relação à questão – tenta-se culpabilizar o primeiro e desculpabilizar o segundo.

1.5. Lembra pormenores fáticos do “Caso Arlindo Teixeira”; discorre sobre os prejuízos que entende terem sido gerados à sua pessoa por aquilo que classifica de “interpretação restritiva”; traz à baila o que considera ser o reconhecimento de um estado de necessidade pelo STJ; nota as diligências que, em desespero, terão sido promovidas pelo seu Defensor Oficioso, incluindo vários recursos constitucionais, ainda não apreciados pelo TC, situação que geraria dilação da decisão de mais de dois anos; e refere-se à violação da sua liberdade de deslocação e de emigração. No relato que faz, toda essa situação terá levado o seu Defensor Oficioso a decidir-se auxiliá-lo a regressar a França, na medida que seria seu entendimento não ser verdade que o Tribunal Constitucional tinha consentido e autorizado o Supremo Tribunal de Justiça a sujeitar o seu Defendido a outras medidas de coação. Depois disso, e na sequência de participação-crime do Venerando JCP do STJ junto do Senhor PGR e de solicitação de pedido de autorização dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da AN, ele ficou sujeito “à prisão preventiva por decisão” de um JD do TRB.

1.6. Apresenta e comenta igualmente os fundamentos da condenação do ‘Arguido’ [seria o próprio Defensor Oficioso neste caso], culminando com observação de que “[d]evido à dúvida criada pelas alíneas b) e c) do segmento decisório do Acórdão N° 08/TC/2018, o Defensor Oficioso foi condenado e se encontra preso por, alegadamente[,] ter cometido o Crime de ‘Atentado contra o Estado de Direito’, crime esse supostamente cometido pelo Defensor Oficioso com o ‘[f]irme propósito de destruir o poder judicial e destruir o próprio Estado de Direito Democrático’ existente em Cabo Verde”.

1.7. Conclui com fórmula de acordo com a qual “sendo manifesta a dúvida criada pelo disposto nas alíneas b) e c) do seg[...]mento decisório do Acórdão 08/TC/2018, de 25 de abril de 2018, o Defensor Oficioso do recorrente Arlindo Teixeira roga ao Tribunal Constitucional que esclareça e clarifique o seguinte”:

1.7.1. “Se o disposto na alínea c) da parte decisória do Acórdão N° 8/TC/2018, possui força jurídica bastante para revogar ou derrogar o N° 3 do artigo 263 [seria o 261??] do CPP, que proíbe a aplicação de quaisquer medidas de coação pessoal, quando e nos casos em que existam razões para crer que o recorrente Arlindo Teixeira ter agido ao abrigo de uma cláusula [seria causa?] de exclusão da ilicitude, como é a Legítima Defesa;

1.7.2. “Se a alínea b) da parte decisória do Acórdão N° 8/TC/2018, contém uma autorização e uma permissão dada pelo Tribunal Constitucional ao Supremo Tribunal de Justiça, para este sujeitar o recorrente Arlindo Teixeira a toda a espécie de medidas de coação pessoal, independentemente do disposto no n° 3 do artigo 261 do CPP”;

1.7.3. “Se esta suposta autorização e permissão dada pelo Tribunal Constitucional ao Supremo Tribunal de Justiça, permite e torna legal e constitucionalmente conforme toda a espécie de restrições de todos os Direitos e Garantias Fundamentais do recorrente Arlindo Teixeira, incluindo a Proibição do recorrente sair da sua habitação para comprar um simples iogurte ou interditá-lo de sair durante 6 longos e sofridos anos, mesmo que isso implique a violação do Direito Fundamental à Deslocação e Emigração consagrado no artigo 51 da CRCV”.

2. Sendo questão de fácil resolução, destarte não se mostrando necessário ouvir a entidade recorrida e o Ministério Público, marcou-se audiência para apreciar o pedido

com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Para o que interessa, como relatado, o requerente centra a sua argumentação aparentemente no facto de terem ficado algumas questões por esclarecer em relação ao *Acórdão 8/2018, de 25 de abril*, e que expõe no segmento final da sua peça (pp. 21-22)

2. Posto isto, impõe-se verificar se o requerimento é admissível e se os pedidos de aclaração podem ser conhecidos.

2.1. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, em especial os que se reportam ao instituto da aclaração das decisões judiciais, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional que não é adversa à ideia de se os suscitar em relação às suas próprias decisões quando está em causa processos predominantemente subjetivos. Contudo, estabelece balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de reação processual – que devem ser respeitadas sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

A principal decisão que conheceu desse tipo de incidente em sede de um recurso constitucional foi o *Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, o qual, apreciando um pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconheceu a possibilidade de suscitação de incidentes de aclaração de decisões do próprio Tribunal Constitucional, mas condicionou a sua admissibilidade, além da exigência de preenchimento dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade, à identificação, pelo Requerente, de trecho do aresto que padeceria de vício de obscuridade ou ambiguidade. Abrindo ainda a faculdade de o Tribunal Constitucional rejeitar liminarmente todo e qualquer pedido de aclaração que seja manifestamente procrastinatório, seja desprovido de qualquer base ou fundamento ou que diga respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão que não tenham impacto sobre a decisão. Mais tarde, estendeu-se esse mesmo entendimento a pedidos de aclaração formulados no âmbito de recursos de amparo no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel:

JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499.

A necessidade imperiosa de se identificar o trecho de um acórdão tem, de resto, sido jurisprudência firme desta Corte em qualquer tipo de processo em que se aplicam as mesmas normas do Código de Processo Civil por remissão, conforme interpretação ajustada à natureza especial do processo constitucional, nomeadamente exposta no *Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de fevereiro de 2019, pp. 265-266, 13, um processo eleitoral, exigindo-se a indicação da obscuridade ou da ambiguidade; no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3, proferido em autos de recurso de amparo, impondo a identificação do trecho alegadamente portador de vícios, e no *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, 3, também decorrente de um recurso de amparo, em que o Tribunal explicitou de forma clara essa exigência comum. Como se veio a considerar depois em processo com o mesmo Requerente, “[a] indicação do trecho ao qual se imputa o vício de ambiguidade ou de obscuridade é decisiva até para se evitar que requerentes que pedem aclaração apresentem considerações genéricas e indeterminadas a respeito do acórdão atribuindo ao Tribunal posições e fundamentos que resultam de meras perceções ou pretensões e sem que tenham qualquer correspondência textual com o teor da decisão” (*Acórdão 42/2021, de 20 de setembro, Alex Saab v. STJ, referente a pedido de aclaração do Acórdão 39/2021*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro, pp. 2590-2593, 2). Repetindo-se a mesma orientação no *Acórdão 1/2022, de 26 de janeiro, Adilson Staline Mendes Batista v. Presidente do TRS, Pedido de Aclaração do Acórdão 59/2021, de 6 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 22 de fevereiro de 2022, pp. 332-333, II; *Acórdão 3/2022, de 27 de janeiro, Onuzuigbo e Outros v. Presidente do TRS*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 22 de fevereiro de 2022, pp. 343-344, II; *Acórdão 4/2022, de 10 de fevereiro, Adair Sanches Batalha v. STJ*, Rel: JC Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 22 de fevereiro de 2022, pp. 345-346, II).

2.2. No caso concreto, em relação a primeiro pressuposto de admissibilidade,

2.2.1. Supõe-se que por uma questão de prática o requerimento vem dirigido ao Presidente do Tribunal Constitucional, mas o pedido é submetido claramente ao Tribunal Constitucional, ao qual se roga a prestação de esclarecimentos sobre acórdão identificado;

2.2.2. Por conseguinte, cabendo ao TC aclarar os acórdãos que prolata em processos que portem natureza subjetiva sobre os quais possui jurisdição, por aplicação do disposto dos artigos 655, 629, e 575, parágrafo segundo, do Código de Processo Civil, aplicáveis o artigo 1º da Lei do Amparo e do *Habeas Data* na medida em que compatíveis com a natureza do processo constitucional, dá-se por preenchido o pressuposto geral da competência.

2.3. No concernente à legitimidade,

2.3.1. Embora por vezes pareça haver alguma indistinção entre as referências ao recorrente Arlindo Teixeira e à defesa/defensor do recorrente,

2.3.2. Presumindo-se que seja o primeiro quem requer, tendo o mesmo sido suplicante nos autos em que se tirou a decisão à qual se imputa vício de obscuridade, é parte legítima para a suscitar nos termos do artigo 578, alínea a), do CPC, conforme o qual “[p]ode qualquer das partes requerer ao tribunal que proferiu a sentença: o esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade que ela contenha; (...)”.

2.4. Por fim, a respeito da tempestividade é de se tecer as seguintes considerações:

2.4.1 O requerente promove o pedido ancorado em tese de acordo com a qual o pedido de aclaração pode ser feito a todo o tempo, considerando tratar-se de uma decisão do Tribunal Constitucional, insuscetível de recursos ou impugnações, socorrendo-se para tanto de vários dispositivos do CPP e do CPC.

2.4.2. Nos termos das primeiras normas, “[s]em prejuízo do disposto no artigo seguinte e nos casos de sentença inexistente, será lícito, porém, ao tribunal, oficiosamente ou a requerimento, (...) retificar erros materiais ou quaisquer omissões inexactidões ou lapsos manifestos, esclarecer dúvidas existentes na decisão (...), aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil”, e “[s]e não houver recurso, a retificação poderá ser feita a todo o tempo”. Tais disposições não fazendo parte do diploma remissivo para o qual as leis de processo constitucional aplicáveis conduzem – a Lei do Amparo e

do *Habeas Data* e a Lei do Tribunal Constitucional – não pode servir de fundamento para os pedidos feito pelo requerente, ainda que efetivamente trouxesse ao tribunal um pedido de retificação, ao invés de um pedido de aclaração.

2.4.3. Por conseguinte, é somente para as normas que integram o Código de Processo Civil que o Tribunal deverá olhar para verificar se realmente um pedido de aclaração pode ser colocado a todo o tempo nos termos doutamente alegados. Os preceitos em causa são construídos em termos segundo os quais, “[é] lícito, porém, ao juiz retificar erros materiais, suprir nulidades, esclarecer dúvidas existentes na sentença e reformá-la, nos termos dos artigos 576º a 579º do CPC e “se nenhuma das partes recorrer, a retificação pode ter lugar a todo o tempo, cabendo recurso do despacho que a fizer”.

2.4.4. Considerando que a sua aplicação às decisões dos tribunais superiores é feita por remissão, em si, esta disposição deve ser utilizada com as devidas adaptações à natureza do processo constitucional em causa. E parece que a racionalidade da legislação aplicável e arrumação lógica da sequência de atos que marca o processo que desenha quando um tribunal que decide em última instância prolata uma decisão, a referência a todo o tempo não alcança mais do que o período necessário a que ela transite em julgado, a decisão seja publicada nos termos da Constituição – no caso do acórdão do Tribunal Constitucional no próprio Boletim Oficial – e o processo necessariamente baixe para as instâncias inferiores para que o aresto seja executado. Não faria muito sentido manter um processo aberto ou sujeito a ser desarquivado para se vir retificar erros materiais que uma determinada decisão pode padecer. Havendo-os, eles transformam-se em questão extraprocessuais que podem continuar a ser debatidas, avaliadas criticamente e até censuradas por qualquer pessoa, mas já não podem produzir qualquer efeito dentro daquele processo específico.

2.4.5. De resto, permitir que se pudesse recorrer à parte final do artigo 576, parágrafo segundo, do CPC no sentido de que a expressão a todo o tempo poderia permitir uma retificação posterior ao trânsito em julgado da decisão, desafia toda a lógica jurídica. E, se isso fosse possível, ao abrigo do artigo 579, parágrafo terceiro, desse mesmo diploma, décadas depois da prolação de uma decisão seria ainda possível até arguir a nulidade de um acórdão, na medida em que dispõe que “se alguma das partes tiver requerido a retificação ou aclaração da sentença, o prazo para arguir nulidades ou pedir a reforma só começa a correr depois de notificada a decisão proferida sobre esse

requerimento”. Ou seja, num caso como este, qualquer dos intervenientes processuais poderia, quase cinco anos volvidos, recorrer ao instituto da retificação de sentença para recuperar um prazo há muito ultrapassado pelo trânsito em julgado de decisão eventualmente já executada, para depois arguir a sua nulidade. Tal entendimento seria frontalmente contrário ao princípio da segurança jurídica. E neste caso, não só o recorrente, como até o Ministério Público e arguivelmente a própria entidade recorrida, sempre poderiam pedir esclarecimento e arguir a nulidade de acórdão que tenha dado provimento ao pedido de amparo, pondo em crise a tutela já conferida.

2.4.6. Se isso, no geral, não fará muito sentido, muito menos harmoniza-se com a natureza do processo constitucional no geral e do recurso de amparo em particular. Tratando-se de recurso pessoalíssimo e que lida com condutas concretas, independentemente da continuidade do processo pretexto que lhe dá origem, assim que se prolatar a decisão que escrutina a possibilidade de uma conduta específica ter violado um direito, liberdade e garantia e, caso de se estimar, arbitrar-se um amparo, o processo tem o seu termo. De tal sorte que se as próprias condutas perpetradas no quadro da sua execução tiverem o condão de violar um direito, liberdade e garantia, elas devem ser impugnadas por pedido de amparo autónomo dirigido ao Tribunal, abrindo-se um novo processo como tem sido corriqueiro.

2.4.7. Por conseguinte, é entendimento do Tribunal Constitucional que em relação às suas decisões, o prazo de pedido de retificação de acórdão de amparo prolatados na fase de mérito, é o mesmo que marca qualquer dos incidentes pós-decisórios previstos pela lei. São os cinco dias consagrados como prazo geral pelo artigo 145 do Código de Processo Civil.

2.5. Porém, o facto é que, mesmo que, por hipótese, fosse de se aceitar uma eventual tese de que um pedido de retificação de um acórdão pode ser feito mesmo depois de o processo ter transitado em julgado, e que essa solução seria harmonizável à natureza do processo constitucional e às características do recurso de amparo, o facto é que o que o requerente pede não é uma retificação de acórdão, mas, ao invés, a sua esclarecimento.

2.5.1. O que se verifica, no entanto, é que não se pode arregimentar em benefício da possibilidade de pedidos de esclarecimento a todo o tempo, a mesma disposição do Código de Processo Civil invocada.



2.5.2. O preceito em causa – o artigo 576 – epigrafado de “retificação de erros materiais”, integra única e exclusivamente o regime atinente à correção de erros materiais das decisões judiciais, não se estendendo ao que regula o incidente pós-decisório de aclaração.

2.6. Seja como for, considerando que o requerente foi notificado da decisão do Tribunal Constitucional *Acórdão 8/2018, de 25 de abril*, nesse mesmo dia e ano, e o presente pedido deu entrada no dia 13 de fevereiro de 2023, a única conclusão possível é que o pedido de aclaração é manifestamente intempestivo.

3. Sendo assim, o pedido de aclaração não pode ser conhecido pelo Tribunal Constitucional.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem não conhecer o pedido de aclaração do *Acórdão 8/2018, de 25 de abril*, submetido pelo Senhor Arlindo Teixeira.

Registe, notifique e publique.

Praia, 4 de abril de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 4 de abril de 2023.

O Secretário,

*João Borges*